



## ***PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TAQUARITUBA***

Mensagem n.º 26/2025.

Taquarituba, 24 de abril de 2025.

Senhor Presidente da Câmara Municipal,

Estamos enviando o Projeto de Lei n.º 16, de 24 de abril de 2025 a essa Casa de Leis,  
ao qual solicitamos a aprovação.

Atenciosamente,



ÉDER MIANO PEREIRA  
Prefeito Municipal

A Sua Excelência o Senhor  
SÉRGIO GLEISON DE SÁ  
Câmara Municipal de Taquarituba  
Rua Joel Gomes, n.º 09 – Novo Centro  
Taquarituba – SP

<b>CÂMARA MUNICIPAL DE TAQUARITUBA/SP</b>	
Protocolo Nº	0229 / 2025
Data	25 / 04 / 2025
	<i>WLS</i>
	Responsável



## **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TAQUARITUBA**

**PROJETO DE LEI N.º 16, DE 24 DE ABRIL DE 2025.**

***Altera a Lei Municipal nº 1.592, de 30 de dezembro de 2009, que dispõe sobre o exercício da atividade de transporte de passageiros por veículos de aluguel – táxi, no Município de Taquarituba.***

**O PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARITUBA**, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, **FAZ SABER** que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte:

**Artigo 1.º** O §3º do artigo 3º da Lei Municipal nº 1.592/2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

***"§3º É vedada a concessão ou transferência de nova permissão para pessoa que seja cônjuge ou companheiro(a) de outro permissionário já ativo no Município."***

**Artigo 2.º** Fica incluído o §5º no artigo 3º da Lei Municipal nº 1.592/2009, com a seguinte redação:

***"§5º Constatada a existência de dois permissionários que possuam vínculo de cônjuge ou companheiro(a), o Poder Executivo Municipal fica autorizado a revogar a permissão mais recente, retornando-a ao controle da Administração Pública, para redistribuição conforme os critérios legais."***

**Artigo 3.º** O §2º do artigo 8º da Lei Municipal nº 1.592/2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

***"§2º No caso de falecimento do permissionário, a permissão será automaticamente revertida ao Município, vedada sua transferência a herdeiros."***

**Artigo 4.º** O artigo 12 da Lei Municipal nº 1.592/2009 passa a vigorar com a seguinte redação:

***"Artigo 12.º O número de veículos de aluguel-táxi será sempre proporcional à população do Município, na proporção de um táxi para cada 300 (trezentos) habitantes."***

**§1.º** Para efeito deste artigo, utilizar-se à informação populacional prestada pelo IBGE.

**§2.º** Qualquer ponto poderá ser extinto, transferido de local, ampliado ou diminuído, desde que justificado pelo interesse público e respeitado o limite estabelecido no "caput" deste artigo.



## **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TAQUARITUBA**

**§3.º O ponto de táxi, em hipótese alguma, será objeto de arrendamento."**

**Artigo 5.º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, podendo ser regulamentada por Decreto se necessário.

P.M. de Taquarituba, 24 de abril de 2025.

  
**EDER MIANO PEREIRA**  
**Prefeito Municipal**

**CÂMARA MUNICIPAL DE  
TAQUARITUBA/SP**

**Protocolo Nº** 0235/2025

**Data** 25/04/2025

WSS

**Responsável**



## **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TAQUARITUBA**

### **JUSTIFICATIVA**

*(Projeto de Lei n.º 16, de 24 de abril de 2025)*

Senhor Presidente;

Senhores Vereadores;

O presente Projeto de Lei tem por finalidade atualizar dispositivos da Lei Municipal nº 1.592/2009, que regulamenta o serviço de transporte de passageiros por táxi no Município de Taquarituba, com foco na melhoria da gestão, na democratização do acesso à atividade e na modernização das regras conforme o interesse público.

A primeira alteração propõe a redução da proporção de 01 (um) táxi para cada 500 (quinhentos) habitantes para 01 (um) táxi a cada 300 (trezentos) habitantes. Essa mudança visa atender ao crescimento populacional e às atuais demandas de mobilidade urbana, especialmente em regiões periféricas e em horários com baixa cobertura do serviço, garantindo à população maior disponibilidade e qualidade no atendimento.

A segunda modificação trata da revogação automática da permissão em caso de falecimento do permissionário. O objetivo é devolver ao Município o poder de gestão sobre a vaga, evitando a perpetuação hereditária das permissões, prática que pode engessar a política pública de transporte e prejudicar a alternância e o acesso de novos interessados devidamente qualificados. Essa medida reforça o caráter precário e pessoal da permissão, conforme previsto na própria Lei.

Por fim, a vedação de que cônjuges/companheiros possam acumular permissões visa coibir a concentração de pontos de táxi em núcleos familiares, promovendo a igualdade de oportunidades entre os profissionais do setor e garantindo maior rotatividade e justiça na distribuição das vagas.

Tais medidas contribuem para o fortalecimento do serviço público de transporte individual, com foco na transparência, na equidade e no melhor atendimento aos usuários.

Na certeza de haver justificado a contento a imperiosa necessidade da aprovação do presente projeto de lei, desde já antecipamos votos de real estima e apreço.



**ÉDER MIANO PEREIRA**  
**Prefeito Municipal**